

Futebol e colonialismo, dominação e apropriação: sobre o caso moçambicano**

Muitos dos princípios analíticos utilizados em estudos acerca do papel desempenhado pelo desporto em meio colonial, nomeadamente em trabalhos sobre as possessões francesas e britânicas, suscitam questões aplicáveis à análise do caso português. O benefício trazido pela comparação entre modelos nacionais não dispensa, porém, um escrutínio mais singular que remeta o objecto para o contexto particular das sociedades em estudo. A hipotética especificidade portuguesa deve ser estilhaçada em estudos sobre espaços de colonização concretos pela investigação das estruturas sociais locais, das dinâmicas regionais, dos padrões de desenvolvimento. Assume-se, assim, que a evolução das formas desportivas resulta de um encontro, e não de uma imposição incontestada das práticas do colonizador. O processo de apropriação e de transformação local de elementos culturais introduzidos pelo colonizador pode ser enquadrado conceptualmente por expressões que exprimam a dinâmica do encontro colonial, como, por exemplo, o conceito de «crioulização»¹.

* Departamento de Antropologia e Sociologia da School of Oriental and African Studies da Universidade de Londres.

** Este artigo tem origem num projecto de doutoramento sobre a história do futebol em Moçambique durante o período colonial realizado no Departamento de Antropologia e Sociologia da School of Oriental and African Studies da Universidade de Londres. Encontrando-se na fase inicial, a investigação carece de uma pesquisa empírica profunda, em especial no que respeita à sua dimensão etnográfica. É ainda frágil o encadeamento lógico de factos e o desenvolvimento de interpretações decorrente dos debates que cruzam um tema como este. Vou procurar, deste modo, restringir este artigo às informações e interpretações que, desejavelmente, poderão alicerçar um todo coerente. As perguntas surgirão em maior número do que as respostas, as hipóteses sobrepor-se-ão às conclusões. Alguns espaços ficarão em branco, apesar de as intuições sugerirem, por vezes, respostas categóricas.

¹ O conceito de «crioulização» é usado, no contexto africano, pelo antropólogo Ulf Hannerz (1997). Nos estudos sobre futebol, Armstrong e Giulianotti, na introdução ao volume

O estudo sobre a «crioulização» do desporto em África pode cumprir a função de laboratório a partir do qual se observam dinâmicas mais vastas. No entanto, é essencial que tal abordagem não ofusque a análise do desporto como singularidade, como expressão original de processos históricos complexos. Este artigo procura desenvolver uma abordagem inaugural à apropriação e transformação do jogo de futebol em Moçambique.

*

Resumir a análise do desporto em África à introdução dos desportos europeus modernos não é assunto totalmente pacífico. Alguns autores defendem não ser correcto estabelecer uma divisão rígida entre formas desportivas introduzidas pelas colonizações europeias e outras práticas atléticas tradicionais. A primeira parte do volume *Sport in Africa* (Baker e Mangan, 1987), uma das primeiras obras a tomar o tema como objecto autónomo de investigação, é dedicada ao estudo de «formas desportivas não modernas». John Blacking, num dos textos do volume, sugere que as funções sociais desempenhadas pelo desporto moderno em África não seriam substancialmente diferentes daquelas decorrentes das *performances* atléticas tradicionais, como a dança ou a luta: «[...] certain types of experiences, as well as certain general patterns of physical movement and interaction, are not necessarily limited to the contexts and practice of modern sport» (Blacking, 1987, p. 5). Precisar as continuidades entre actividades atléticas tradicionais e as novas modalidades trazidas pelos colonizadores europeus constitui um dos aspectos centrais na investigação das configurações desportivas em África. É importante considerar, no entanto, que a introdução dos desportos modernos ocorreu num período de grande transformação nas sociedades africanas: alterações radicais nos sistemas de trabalho, processos rápidos de urbanização, intensificação do controlo do Estado sobre os territórios e os indivíduos, alteração de sistemas familiares, mudanças nas hierarquias tradicionais.

que organizaram sobre futebol em África, referem que «football's introduction and inculcation within Africa is a story both of cultural colonization by Europeans and of cultural adaptation or creolization by the African people» (Armstrong e Giulianotti, 2004, p. 8). Embora a utilização de conceitos como «crioulização» ou «indigenização», que Appadurai usou para estudar o críquete na Índia (1996), ou ainda «nativização», que Gregório Firmino aplicou para estudar a apropriação da língua portuguesa em Moçambique (Firmino, 2004), seja bastante útil no modo como oferece uma dinâmica ao encontro colonial, atribuindo ao indivíduo colonizado uma capacidade para recriar formas culturais, estes conceitos não deixam de encerrar o perigo do essencialismo. O que se ganha com a enunciação da dialéctica do encontro pode perder-se com a absolutização das «culturas», reduzindo-se os indivíduos e os processos a uma espécie de narrativa de blocos culturais (muitas vezes nacionalizados) tidos como relativamente homogéneos.

Grande parte dos estudos sobre desporto em meio colonial, seja qual for o continente em causa, discute o seu papel em contextos de mudança social. Vários investigadores que analisaram o caso das colónias britânicas preocuparam-se, primeiramente, em perceber a utilização do desporto como utensílio do exercício de poder. Estes trabalhos, focando o desporto, inserem-se no âmbito de um debate mais vasto: o do papel desempenhado pela cultura na manutenção do império inglês. Bernard Cohn é um dos autores cuja obra é orientada precisamente para a análise dos efeitos sociais e políticos da «cultura do colonialismo». No prefácio a uma obra de Cohn, *Colonialism and Its Forms of Knowledge*, Nicholas B. Dirks resume assim os pressupostos da análise do colonialismo centrada na relevância das variáveis culturais:

[...] colonial conquest was not just the result of the power of superior arms, military organization, political power, or economic wealth — as important as these things were. Colonialism was made possible, and then sustained and strengthened, as much by cultural technologies of rule as it was by the more obvious and brutal modes of conquest that first established power on foreign shores [...] it is not been sufficiently recognized that colonialism was itself a cultural project of control [1996, IX].

J. A. Mangan (1992) e Brian Stoddart (1988) incluem-se no leque de autores que estudaram o desporto a partir desta perspectiva². Mangan introduziu a «bond theory», argumentando que as práticas desportivas colaboraram na criação de «laços culturais» entre colonizador e colonizado. A estrutura destes laços determinaria a aceitação das práticas e valores dos colonizadores pelas populações autóctones, o que conduzia a uma legitimação política. Este autor menciona a exportação do que designa por *homo ludens imperious*:

Throughout the Empire sportsmen and to a far lesser extent sports-women and sports fields were acknowledge agents and agencies respectively of this bonding process. Through this process by virtue of domination, control and contact which affected irrevocably the nature of indigenous cultures, political relationships, and subordinates' perceptions of superiors and vice versa [Mangan, 1992, pp. 3-4].

Brian Stoddart prossegue uma linha de investigação similar, concebendo o desporto colonial como um veículo transmissor de ideias, crenças, valores

² Esta linha de estudo sobre desporto colonial terá sido inaugurada pelo trabalho pioneiro de C. L. R. James (1963), intitulado *Beyond a Boundary*, livro autobiográfico sobre a experiência do autor nas Índias Ocidentais, nomeadamente sobre a importância do críquete.

e convenções que contribuíram para consolidar a missão imperial. Os jogos foram instrumentos socializadores, inculcando disciplina, espírito de grupo, respeito pela hierarquia e pelo ritual, momentos de reprodução de uma condição social inerente a um estatuto de civilização nacional. Os guardiães dos valores integrantes de uma «forma de ser inglês»³ tornavam-se um grupo de referência e os seus hábitos de lazer tendiam a ser mimetizados por elites locais, forma de consolidar mecanismos de governação indirecta (Cannadine, 2001). No caso britânico, os agentes da estratégia cultural eram os membros da administração colonial, transmissores do *ethos* desportivo *vitoriano* assimilado nas escolas de elite especializadas na formação de quadros coloniais, as denominadas *public schools* (Hargreaves, 1986; Mangan, 1992).

Esta imagem da introdução do desporto pelo império britânico, centralizada num projecto de dominação, com agentes bem identificados e desportos predilectos, parece, porém, não se revelar totalmente adequada ao caso da introdução do futebol em África. Por um lado, a colonização africana apresentava características singulares. Por outro, ao jogo de futebol não podiam ser aplicados os mesmos princípios de análise que sustentavam a história colonial de desportos como o críquete ou o ténis.

Harold Perkin (1992, p. 216) nota que o jogo não fazia parte das práticas desportivas de elite exportadas para o «mundo inglês» pelos quadros coloniais provenientes de Cambridge e Oxford. O futebol profissionalizara-se precocemente em Inglaterra. A sua origem aristocrata, nas já referidas *public schools*, deu lugar a uma prática popular cujo processo de profissionalização e concomitante promoção de jogadores da classe operária chocavam com o *ethos* amador e elitista que se manteve vivo em desportos como o rãguebi ou o críquete.

Como refere Hutchinson:

Association football has been Great Britain's most notable contribution to international sport and to the global entertainment industry. It differed from the high imperial games chiefly in that soccer was rarely the chosen sport of the governing classes: it travelled not with the diplomatic corps, but in the kit-bags and holdalls of private soldiers, or merchants, railway workers, miners and schoolteachers. Soccer was given no entrée. It was rarely delivered along with Christianity, lighthouses, and British legal systems, to colonised countries; which is why soccer — the most successful of empire games — thrived better in most countries of the world other than the old dominions, where it was historically overshadowed by rugby and cricket, or by squash, or badminton, or tennis [Hutchinson, 1996, pp. 178-179].

A descrição aponta para uma dispersão dos agentes de transmissão do jogo, sugerindo a relativização de análises que se limitam a perceber o papel do desporto como mais um instrumento de uma estratégia centralizada de domínio cultural. Isto não torna secundário, obviamente, a importância em investigar o papel desempenhado pelo desporto nestes projectos de dominação. No entanto, é necessário não restringir a criação de fortes «laços culturais» ao resultado de políticas centralizadas superintendidas por agentes coloniais. Este princípio será porventura ainda mais saliente fora do âmbito da colonização britânica. Se há modelos identificáveis, alguns deles reivindicando originalidade nacional, há que não correr o risco de nacionalizar os processos históricos através da aplicação de grelhas analíticas rígidas.

O jogo foi transmitido em África pela acção de múltiplos agentes com distintos interesses: cresceu junto de grandes empreendimentos estatais e privados que, como também sucedeu na Europa industrializada, patrocinavam actividades desportivas, procurando controlar assim as relações laborais⁴; nasceu na sequência do esforço missionário, no interior do qual visava a educação, a disciplina e a integração comunitária; foi incentivado pela dinâmica associativa dos colonos, caracterizada por uma activa componente desportiva; beneficiou dos fluxos migratórios, de que o movimento maciço de trabalhadores moçambicanos para a África do Sul e para a Rodésia é um exemplo evidente; desenvolveu-se pela própria dinâmica económica, impulsionada, sobretudo a partir da transição para o século XX, pelo crescimento dos meios de transporte, originando uma maior mobilidade dos indivíduos.

Depois de transmitido, o futebol expandiu-se por inúmeras formas. Os limites da sua apropriação não estavam controlados por organismos coloniais, o que libertou o processo de «crioulização» do jogo. Foram fundados clubes e associações «nativos», situados normalmente nos principais centros urbanos, que criaram estruturas próprias, reguladoras das competições. A rede de associações nativas chegou a alcançar uma dimensão pan-africana, realidade exemplificada pelas *tournées* que equipas moçambicanas realizaram, desde as primeiras décadas do século XX, à região do Transval, na África do Sul.

Mesmo quando o contacto dos africanos com o futebol era directamente regulado, no contexto de uma fábrica ou através do trabalho de missões, havia espaço para a recriação do jogo. Laura Fair (2001 e 2004) conseguiu ilustrar este processo no desenvolvimento de uma investigação sobre futebol e de outras formas de «cultura popular» no Zanzibar durante o período

⁴ Angola tem o exemplo paradigmático do Petro de Luanda, pertencente à companhia de exploração de petróleo; em Moçambique destaca-se o papel da empresa estatal dos caminhos de ferro, responsável pela expansão do Clube Ferroviário por inúmeras cidades do país.

colonial. A autora demonstra como o futebol, introduzido no âmbito disciplinar da acção de missões religiosas, adquiriu um conjunto de significados particulares:

[...] young men who took of football and transformed it into the new national game did so not because they were overwhelmed with desires to «improve» their industrial character of Christian morality (most were in fact Muslim), but because they were able to infuse football with elements of indigenous recreation and leisure aesthetics and thus transforms football into a game that had important local meaning [Fair, 2004, p. 107].

A análise que confere centralidade aos processos de «crioulização» das configurações desportivas modernas releva, por um lado, as continuidades entre práticas tradicionais e modernas, mas, por outro lado, não deixa de considerar que desse encontro resultaram formas novas. No caso do futebol, em que as regras da modalidade estabelecem fronteiras que deixam um espaço generoso para a execução de gestos individuais e movimentos colectivos, o jogo ganhou, sem dúvida, fortes dinâmicas locais, cujos significados podem sugerir estudos sobre estilos e formas de jogar. Estes estilos de jogo, no entanto, não são apenas um reflexo directo das estruturas sociais elementares que caracterizam determinada atmosfera histórica e geográfica. Não são ainda, com certeza, o produto de mistificações substancialistas sobre essências culturais. A evolução do jogo de futebol é acompanhada, nomeadamente a partir do momento em que se organizam competições, por um processo singular de racionalização, caracterizado pelo desenvolvimento e partilha de um «pensamento sobre o jogo», cuja função é ser aplicado na prática da modalidade (Domingos, 2004)⁵. A evolução deste «pensamento sobre o jogo» é detectada na edição e difusão de manuais, nas publicações de instituições como o *International Board*, em artigos de imprensa, como resultado da circulação de jogadores e treinadores, etc. A sua aplicação está patente nos métodos de treino, na distribuição dos jogadores pelo campo, na organização de táticas e estratégias. Os modelos de jogo na África do início do século XX não eram globalizados, como hoje acontece, mas desde muito cedo, normalmente através da importação de um vocabulário anglófono, alvo frequente de traduções nacionais ou locais, se definiram posições em campo, nomes de gestos e de jogadas. O «estilo de jogo» será sempre o resultado da dialéctica entre esta racionalização e a influência da dinâmica das estruturas locais. O exercício de contextualização é útil para evitar alguma

⁵ Para avaliar de forma mais sistematizada esta lógica singular, o conceito de «campo social» proposto por Bourdieu (1989) poderá revelar-se bastante proveitoso.

mitificação de «estilos indígenas», ou «estilos nacionais», ou mesmo para atenuar possíveis utilizações substancialistas do conceito de «crioulização».

Esta apropriação local pode revestir-se de múltiplos sentidos, por vezes contraditórios. Em determinadas circunstâncias, a prática desportiva representou uma tentativa de adesão aos valores do colonizador, muitas vezes pela mimetização do seu tempo livre, reforçando a operacionalidade da tese dos «laços culturais.» O futebol era ainda um meio de mobilidade social, uma forma de integração na sociedade colonial ou mesmo um bilhete de passagem para a sociedade metropolitana. Mas o jogo também se tornou uma arena de resistências ao poder colonial: de forma explícita, quando associações e clubes se tornaram elementos actuates no jogo político; implicitamente, quando, no contexto da apropriação formal, se criavam, mais pela prática do que por estratégia, significados políticos. É a natureza destes significados, que, simultaneamente, pode sugerir adesão e resistência a valores dominantes, que deve ser interpretada à luz de situações históricas concretas.

Os diversos trabalhos realizados sobre o desenvolvimento do desporto em meio colonial garantem, assim, um conjunto de instrumentos de análise útil para abordar o caso moçambicano. Nas próximas páginas realizar-se-á uma aproximação a algumas das questões formuladas, ficando muitas outras certamente por responder.

*

A organização desportiva desenvolvida em Moçambique sob domínio colonial português reflectiu de forma particular as clivagens sociais que caracterizavam este espaço colonial. A introdução dos desportos modernos beneficiou do crescimento das principais cidades, designadamente de Lourenço Marques, nova capital do território em 1898⁶. A sua posição estratégica na economia regional sul-africana, alimentada pela descoberta de ouro em 1873 na região do Transval, levou à intensificação da exploração do porto e à construção do caminho de ferro que ligava o território aos países vizinhos.

Um dos primeiros registos que procuraram sistematizar a evolução do desporto em Moçambique foi realizado por um capitão do exército português, Ismael Mário Jorge⁷, na sequência de um artigo, *L'Education physique*

⁶ Embora legalmente só a partir de 1906.

⁷ Ismael Mário Jorge foi uma figura importante no desenvolvimento do desporto em Moçambique: capitão de infantaria, professor no Liceu 5 de Outubro, chefe dos escuteiros, presidente da Junta de Salvação Pública e dirigente da Associação de Futebol de Lourenço Marques.

et le sport, apresentado ao Congresso Colonial de Paris em 1931. Neste artigo, o autor traça uma cronologia dos acontecimentos que considerou fundamentais para o desenvolvimento das práticas desportivas em Moçambique. A distinção programática entre «educação física» e «desportos» percorre a descrição, preocupada, antes de mais, em defender o papel do Estado colonial no incremento das práticas atléticas. Desenvolvida como sustentáculo de uma visão nacionalizada do corpo, a educação física foi cultivada em Moçambique pela instituição militar e pela escola. Ismael Mário Jorge descreveu o modo como as companhias do exército, desde a primeira metade do século XIX, organizavam exercícios físicos. Do universo militar, a educação física passou para o sistema escolar. Após o trabalho pioneiro de algumas escolas missionárias, o Liceu 5 de Outubro, já no início do século XX, inaugurou em Lourenço Marques a instrução da disciplina através de metodologias «científicas». A ginástica sueca, ou método de Ling, era o exemplo paradigmático «da abordagem científica à disciplina», aquele que oferecia «mais garantias de ser um método racional e psicológico, aplicável tanto a civis como a militares, e que atinge os objectivos essenciais, físicos e morais» (Jorge, 1931, p. 6). Em 1930, seguindo ainda a narrativa de Ismael Mário Jorge, a educação física seria ministrada nas escolas normais do ensino primário, destinada a «não indígenas», e nas escolas rudimentares do mesmo grau de ensino, para a população «indígena». Procurando impressionar o Congresso Colonial de Paris, o autor fez desfilar números que provavam a expansão da educação física em Moçambique⁸. Sabendo-se da fragilidade da estrutura de ensino montada pela administração portuguesa no seu espaço colonial, nomeadamente antes da década de 1930, estes números devem ser bastante relativizados (Paulo, 1999; Hedges, 1999; Newitt, 1997).

Outras actividades físicas existentes em Moçambique foram também cultivadas no contexto militar: desportos de combate, tiro e esgrima, desportos atléticos, como os saltos, as corridas, os lançamentos, o pentatlo, o hipismo, a natação e os desportos equestres.

A narração de Ismael Mário Jorge sobre o desenvolvimento dos chamados «jogos desportivos» em Moçambique apresenta diferenças substanciais em relação ao modelo centralizado que terá caracterizado a introdução da educação física e de outros desportos desenvolvidos pelas unidades militares. O autor

⁸ Segundo o autor (p. 5), a educação física era ministrada, para crianças indígenas, em 60 escolas primárias rudimentares, 2 escolas de artes e ofícios, 1 instituto de educação, 145 escolas de missões portuguesas, 87 escolas de missões estrangeiras; para adultos indígenas, em 1 escola normal primária, 16 unidades militares; para crianças não indígenas, em 28 escolas rudimentares primárias, 1 liceu central, 1 instituto de educação para o sexo feminino, 6 escolas do ensino primário elementar (particular), 4 grupos de escuteiros; para os adultos não indígenas, em 2 unidades militares. Segundo IMJ, p. 6, havia 38 813 crianças indígenas e 1073 adultos indígenas nestas escolas e 3308 crianças não indígenas e 84 adultos não indígenas.

atribui à responsabilidade de «organizações particulares» a sistematização da prática e a realização de competições de futebol, basquetebol, hóquei, andebol, voleibol, críquete, ténis, rãguebi, etc. Nas primeiras duas décadas do século XX assistiu-se em Lourenço Marques à criação de um conjunto substancial de associações e clubes desportivos. Os membros da comunidade inglesa dominavam a organização de competições de golfe, críquete, ténis e desportos náuticos. Clubes como o *Lourenço Marques Athletic Club*, o *Lourenço Marques Tennis Club* e o *Club de Golf de Lourenço Marques* eram os eixos destas actividades desportivas, ao mesmo tempo práticas de lazer mundanas, nas quais também participavam portugueses da classe colonial dirigente.

Quanto ao futebol, o capitão assegura que antes de 1904 já existiam vários grupos de praticantes. Refere-se, no prosseguimento da sua tipologia desportiva, a jogos realizados por indivíduos de origem ocidental. Ismael Mário Jorge considerava que os «indígenas» não tinham cultura desportiva (Jorge, 1931, p. 25); as suas actividades atléticas, como a caça e a pesca, eram de natureza utilitária. Destacou ainda as suas danças guerreiras, durante as quais se narram histórias, e os saltos prodigiosos, cheios de elementos gímnicos de uma mobilidade formidável e poses plásticas. Apesar da apreciação estética, o discurso do capitão sustentava-se na ideia de que tais actividades físicas faziam parte de uma ordem «natural», não confundível com a complexidade dos desportos praticados pelos europeus. No seu artigo apresentado ao Congresso Colonial defendeu que os desportos passíveis de serem transmitidos aos indígenas eram aqueles que implicavam o emprego de «meios naturais»: marcha, corrida, saltos, escalada, levantamentos, lançamentos, luta e natação.

Este quadro, inspirado por uma concepção rácica da aptidão para as práticas desportivas, parecia apenas ser contrariado pela rápida difusão do jogo de futebol, que não cabia exactamente no modelo atrás apresentado. Ismael Mário Jorge salientou a actividade da Associação de Futebol Africana (AFA), que organizava um campeonato com a participação de mais de uma dezena de clubes, adaptando regras e regulamentos típicos das congéneres de origem europeia⁹. Apesar de os estatutos da AFA só terem sido aprovados em 1934, a associação funcionava desde a década de 1920, cujo período inicial foi caracterizado por um forte incremento do associativismo africano (Rocha, 1991).

A «competição indígena» realizava-se ao mesmo tempo que o campeonato oficial de Lourenço Marques, gerido pela Associação de Futebol de Lourenço Marques (AFLM), estrutura desportiva filiada na Federação Portuguesa de Futebol. Esta prova contava, já no final da década de 1920, com

⁹ Em 1932, a Associação de Futebol Africana tinha os seguintes membros: Grupo Desportivo Luso-Africano, Grupo Desportivo Vasco da Gama, Grupo Desportivo João Albasini, Grupo Desportivo Beira-Mar, Sporting Club Azar, Grupo Desportivo Mahafil Islamo, Grupo Desportivo Alto Mar Nhafoco, Atlético Club Maometano, Grupo Desportivo Beirense, Sport Nacional Africano, Grupo Desportivo «Pela Raça» de S. José de Llanguene e Grupo Desportivo Nova Aliança.

a participação de alguns dos clubes que ainda hoje se encontram entre os mais importantes de Moçambique, casos do Sporting Club de Lourenço Marques (n. 1916), filial do Sporting Clube de Portugal (que depois da independência foi rebaptizado de Maxaquene), do Grupo Desportivo de Lourenço Marques (n. 1921) e do Clube Ferroviário de Lourenço Marques (n. 1924). Neste campeonato destacava-se ainda o Lourenço Marques Athletic Club, um dos primeiros clubes de Moçambique, fundado em 1908. Totalmente formado por ingleses, terá tido, até à década de 1920, um papel importante no desenvolvimento do jogo na cidade de Lourenço Marques.

A estrutura do futebol em Lourenço Marques esteve assim inicialmente dividida entre o campeonato oficial da AFLM e o organizado pela Associação Africana de Futebol. Esta, como os jornais referiam, ocupava-se do futebol africano. As fronteiras raciais entre estes campeonatos não eram totalmente estanques; alguns jogadores negros, e sobretudo mestiços, foram participando na competição da AFLM, considerada a de maior prestígio. Tudo leva a crer, no entanto, que o universo do futebol reproduziria a lógica do sistema de assimilação introduzido pela colonização portuguesa. Nas páginas de *O Brado Africano*, jornal criado em 1918 pelo Grémio Africano de Lourenço Marques e baluarte do movimento «nativista», várias vezes se irá protestar contra a exclusão das equipas africanas do campeonato da AFLM e contra a marginalização do jogador negro¹⁰.

À margem de um enquadramento institucional, o futebol ter-se-á desenvolvido por uma forma mais espontânea, jogado nas ruas, nos bairros, não sabemos se por equipas mistas ou racialmente separadas. A sua expansão pelo território terá sido rápida, como comprova uma crónica que *O Brado Africano* publicou em 1939 (21/1, p. 5) sobre a vida desportiva no distrito de Inhambane: «O futebol, aqui, como de resto em toda a parte, é o desporto-rei por excelência. É o desporto que se pratica em maior escala, e é ver por essas estradas que atravessam o Distrito vários campos de futebol (?) com árvores no meio e dois bambus espetados no solo e atravessados por um terceiro a servirem de balizas!»

*

Os resultados finais do campeonato de Lourenço Marques de 1923 patenteram o domínio dos ingleses do Athletic Club, que venceram com 16

¹⁰ Em 1943 um articulista de *O Brado Africano* que assinava Jack, pseudónimo de Joaquim Augusto Correia, lançou uma das mais fortes campanhas a favor da integração do desporto africano nas estruturas do desporto colonial. As equipas da AFA acabariam por ser integradas na AFLM em 1959, mas continuando a disputar um campeonato à parte, situação que se terá modificado *a posteriori*.

pontos, o dobro dos alcançados pelo Sporting Club de Lourenço Marques, 2.º classificado. Pouco depois do fim do campeonato disputou-se a Taça de Honra, discutida entre a mesma equipa inglesa e o Desportivo. A crónica que o *Lourenço Marques Guardian* (11-9-1923) publicou acerca do encontro revela algumas das características que marcariam o desenvolvimento do jogo na cidade. O jornalista assinala que o Desportivo usou de muita vilência, tendo-se notado mais do que uma rasteira» (*Guardian*, 11-9-1921, p. 3). Os ingleses, pelo contrário, foram «muito pouco violentos». Sendo um jornal bilingue, o *Guardian* acrescentou alguns comentários na sua crónica em língua inglesa: «It is regrettable that the spectators could not control their feelings at some of the decisions given by the referee who, on several occasions was forced to reprimand section of the crowd» (*Guardian*, 11-9-1921, p. 4). No ano seguinte, novo jogo entre as duas equipas no campo do Desportivo. Mais uma vez, o jornalista do *Guardian* ficou desagradado. O jogo, «uma escola de aplicação», foi transformado num «desafio carnavalesco», onde surgiram muitos *sportmen* misturados «com outras criaturas que tudo pervertem, pondo de parte a vergonha para descerem ao ponto de lançarem na propaganda da desordem e da agressão», chegando a ouvir-se «parte-lhe as canelas» (*Guardian*, 5-8-1924).

No interior de um meio pequeno, onde a «prática inglesa» era ainda exemplo, alguns comportamentos dentro e fora do campo não eram considerados ajustados: a violência dos jogadores, o protesto em relação à actuação dos árbitros, a existência de um público barulhento. No fundo, algo que fugia muito a uma condição idealizada do «jogador *gentleman*» ou do «espectador *gentleman*.» Os juizes eram recrutados, nesta época, do leque dos praticantes, normalmente reconhecidos *sportmen*. A sua idoneidade não podia ser posta em causa.

Das crónicas da época podemos depreender que os ambientes de alguns jogos eram assinalados por uma atmosfera mundana, onde a competitividade era pouca cultivada, nunca se podendo sobrepor à postura desportiva própria do amadorismo. Em jogo realizado nesse mesmo ano entre uma equipa constituída por portugueses e outra por ingleses «não faltaram refrescos, bolos, chá e outras bebidas e bem assim cadeiras e bancadas à sombra» (*Guardian*, 23-6-1923, p. 5). O cônsul britânico e o encarregado de negócios inglês foram convidados a assistir. Alguns jogos especiais, em que participavam quase sempre equipas inglesas, normalmente o Athletic Club, serviam propósitos de caridade. Nessas alturas a sociedade de Lourenço Marques apresentava-se, o governador civil não se coibia de aparecer, organizavam-se bailes, convidavam-se bandas para tocar.

O ambiente que caracterizava alguns jogos, nomeadamente aqueles em que participavam equipas inglesas, reproduzia, sem dúvida, uma lógica de amadorismo cultivado em ambiente seleccionado onde não eram tolerados

comportamentos decorrentes da popularização e democratização da modalidade. Em Lourenço Marques, no entanto, a vulgarização da modalidade era sólida. A chegada de colonos portugueses, a própria expansão do futebol na metrópole, o desenvolvimento das actividades económicas em Moçambique, o crescimento da cidade, terão sido factores que alimentaram o processo. Esta evolução contribuiu para alterar alguns comportamentos em relação ao jogo. As situações que chocavam em 1923 os cronistas do *Guardian* tornar-se-ão comuns: um público interventor que pressionará árbitros e jogadores, crítico no momento da derrota, mas exuberante no da vitória, jogadores mais competitivos, violentos e reivindicativos em relação ao árbitro. No fundo, características comuns ao processo de modernização da modalidade (Dunning, 1992).

O aumento do interesse pelo futebol ocorre em simultâneo com o aumento da cobertura por parte da imprensa. Os jornais vão alimentar a popularização do jogo, trazendo notoriedade a equipas e jogadores. Não sendo apropriado falar de profissionalização, será correcto afirmar que a popularização deu lugar a uma maior competitividade e a uma paulatina especialização funcional no interior das equipas. Em relação a um «modelo inglês», os jogadores portugueses, mas também atletas de outras origens, agentes de um processo de popularização, transformaram a dimensão performativa do jogo.

Mas não foi apenas no universo do «futebol oficial da colónia» que o jogo se tornou popular. O campeonato da Associação Africana de Futebol juntava muitas equipas. As fontes escritas em relação a esta prova são mais escassas. O jornal *O Brado Africano* publicou, ainda na década de 1920, crónicas dos jogos desta competição tanto em língua portuguesa como em ronga, uma língua do Sul do território. A difusão do jogo entre as populações africanas, tanto do ponto de vista da sua prática como no que respeita ao seu consumo como espectáculo, não é apenas mensurável pela existência de um número importante de clubes ou associações. Estes são, no entanto, um importante exemplo do associativismo africano, ainda mais significativo porque depois da instauração, em 1926, da ditadura militar em Portugal, que veio a dar lugar, em 1933, ao Estado Novo, o protesto político e sindical estava coarctado (Hedges, 1999, p. 115; Rocha, 1991).

O desenvolvimento de um meio desportivo africano serviu para afirmar a capacidade do jogador «indígena» e para realçar a necessidade do seu reconhecimento institucional. Em *O Brado Africano* vários artigos defenderam que os jogadores da Associação Africana de Futebol deviam integrar equipas representativas de colectivos como o da cidade de Lourenço Marques. Tendo perdido, após a institucionalização colonial do Estado Novo português, a sua capacidade de intervenção, *O Brado Africano* defendia o

jogador de futebol no mesmo contexto da sua luta pelo acesso dos africanos a alguns direitos de cidadania¹¹.

Em 15-10-1955 o jornal publicou um artigo intitulado «O aproveitamento do indígena na valorização do desporto português». O autor defende a participação dos atletas do «ultramar», europeus e africanos, nas selecções de Portugal. Argumenta que havia uma especial tendência do atleta «ultramariano» para a prática desportiva. Mas, como fala do colectivo do «ultramar», e não apenas dos jogadores de origem africana, não quer — mas retoricamente acaba por fazê-lo — defender a opinião de um representante de uma associação do vizinho Transval que afirmou ter «o negro uns tendões e nervos de configuração anatómica anormal». Apresentado, mesmo que de viés, o «argumento natural», o autor ataca o facto de as «associações regionais» legislarem «de modo a prescindir do concurso dos negros privando o país de um potencial que trabalhado com seriedade daria a Portugal um contingente apreciável de desportistas de excepcional categoria...» (p. 6). Termina, referindo que a selecção de futebol de Lourenço Marques era «constituída por alguns futebolistas cuja capacidade equiparada com a de muitos ignorados africanos simplesmente confrange» (p. 7).

A luta pelos direitos do jogador africano não era, no entanto, a única forma de o valorizar. Não passando directamente por uma reivindicação meritocrática em relação a um modelo oficial, o que evitava o reconhecimento da autoridade colonial, uma outra forma de enaltecimento empenhava-se em olhar o jogador africano pelo lado da sua individualidade expressiva, por aquilo que o diferenciava. Sendo o futebol uma actividade em que a criatividade era um elemento fundamental, tratava-se de realçar a capacidade singular do jogador africano, já não em relação a um modelo, mas como criador autónomo, integrado em colectivos de jogadores que partilhavam as mesmas formas de perceber o jogo. O futebol, uma das poucas áreas em que era permitida aos africanos alguma visibilidade, era entendido como uma actividade nobre. Ao contrário das actividades físicas «básicas» e «naturais», que o capitão Ismael Mário Jorge afirmava serem susceptíveis de adopção pela «população indígena», o futebol permitia exaltar componentes interpretativas e criativas, suscitar imagens do poder físico, mas também sugerir a capacidade mental. Um dos exemplos desta outra valorização do jogador africano pode ser encontrado num artigo que o poeta e jornalista José Craveirinha¹² escreveu em *O Brado Africano*.

¹¹ Em 1958, *O Brado Africano* passou a ser totalmente controlado pelo regime, tornando-se um órgão da União Nacional (Rocha, 2000).

¹² José João Craveirinha nasceu em Lourenço Marques em 1922. Poeta consagrado, jornalista, colaborou em diversas publicações periódicas, nomeadamente em *O Brado Africano*, no *Itinerário*, no *Notícias*, na *Mensagem*, no *Notícias do Bloqueio* e no *Caliban*. Foi funcionário da Imprensa Nacional de Lourenço Marques. Jogou futebol em clubes de Lourenço

Em 1955, Craveirinha publicou um texto intitulado «Terminologia ronga no futebol, em conjugação oportuna e sua interpretação» (*O Brado Africano*, 12-2-1955, p. 8). Na introdução afirma: «Parece-nos oportuna a divulgação da gíria futebolística do africano local (ronga) não só porque ela revela da parte do indígena um espírito pronto para se adaptar a coisas novas como também para transformá-las ou então redescobri-las.» Alguns dos termos indicados no glossário foram, segundo Craveirinha, adaptados pelos adeptos europeus, não havendo expressões portuguesas ou inglesas que ilustrassem aquelas situações de jogo. Os dez termos avançados pelo poeta moçambicano contribuem para identificar alguns mecanismos de «crioulização» do jogo em Moçambique, ajudando a perceber a construção de uma modalidade singular, ou, noutros termos, de uma outra ordem da interacção reproduzida no momento do jogo. Faltam, claro, dados que possam clarificar melhor o significado de alguns gestos e movimentos. Apesar disso, é evidente que falamos de um jogo diferente daquele que transparece das crónicas que descreviam, ainda nos anos 1920, a lógica amadora preconizada por clubes ingleses, como o Athletic Club.

Grande parte das expressões pertencentes a este pequeno glossário descreve situações que envolvem algum tipo de comportamento violento. Por exemplo:

Pandya (lê-se pandja): enquanto em português não temos palavra que exprima o momento em que os pés dos jogadores ao disputar a bola, chutam nela simultaneamente, e causam um som característico pelo impacto, o desportista africano criou a palavra *pandya* a qual traduzida à letra quer dizer rachar, ou rebenta! Este termo entrou já na gíria portuguesa local.

Beketela: o jogador que prevê a entrada de um adversário e apoia o seu pé na bola de maneira a provocar o choque que muitas vezes causa traumatismos graves a quem chuta e quase sempre a sua queda. A palavra traduzida significa: pôr. O *beketela* é usado com maldade colocando-se o pé um pouco acima da bola de modo a que a perna (região do tornozelo e canela) vá chocar-se no pé firmado na bola pelo calcanhar. Há o *beketela* henlha — pôr no ar — e o *beketela* hansi — pôr em baixo.

Wandla: é o atrasar-se de propósito no lance de maneira que o adversário chute primeiro mas com o próprio impulso vá roçar fortemente

Marques. Foi preso pela PIDE durante cinco anos. Após a independência de Moçambique foi membro da FRELIMO e presidiu à Associação Africana. Foi Prémio Camões em 1991. É um dos mais reconhecidos poetas da língua portuguesa e um dos maiores escritores africanos. A sua primeira obra, *Xibugo*, data de 1964.

a parte compreendida pela canela nas traves da bota aparentemente inofensiva no ar. Tradução: descascar».

Tyimbela (tchimbela): o fazer de um adversário alvo da bola chutada com a máxima violência para sua intimidação em futuras jogadas em que se pode ganhar o lance só com a ameaça de chutar, o que quase sempre leva o visado a dar as costas à bola, sendo depois driblado com a maior da facilidade.

Estes gestos, nos quais a violência predominava e cuja importância local conduziu à formulação de designações próprias, não eram, como se observa, considerados negativamente¹³. Pelo contrário, mereciam valorização pela sua origem em artificios engenhosos criados pelos jogadores para adquirirem vantagem sobre o adversário. A vantagem, repare-se, podia nem estar relacionada com um benefício imediato para a equipa, no sentido da criação de uma situação que, por exemplo, desse origem ao golo. Do intuito destes gestos parece estar afastada uma racionalidade utilitária, típica do futebol moderno, em que cada movimento é pensado quase sempre em relação ao objectivo da vantagem colectiva que permite a vitória e a conquista do resultado. A astúcia a que as designações se referem prende-se com confrontos individuais, com pequenos combates no interior do jogo para os quais os jogadores deviam estar preparados. Travados durante a partida, estes confrontos como que ganhavam uma autonomia própria. Não será arriscado deduzir que essa autonomia, espécie de lógica interna composta por gestos e significados particulares, era reconhecida tanto pelos outros praticantes como pelos espectadores, que, compreendendo o significado dos lances, se manifestariam no momento da sua ocorrência. Os gestos faziam, deste modo, parte de uma singular «ordem da interacção».

A mesma lógica de individualização dos gestos praticados durante o jogo, desta vez sem um carácter explicitamente violento, pode ser notada noutras expressões avançadas por Craveirinha:

Hpfa: é o instante preciso em que o jogador acaba de ser driblado ou finto e ainda está em desequilíbrio ou precisamente quando se dá o facto: a bola tocar nas redes, o ruído de bota com bota, bota com bola, etc.

Psêtu: usa-se para zombar do adversário no lance em que acaba de ser batido. É de origem onomatopaica.»

Pyonyo: quando o mesmo lance acima referido é repetido ou mais demorado na sua execução, neste caso significa: acabar com o jogador.

¹³ É essencial, aliás, perceber esta violência no seu devido contexto, não procurando aplicar grelhas de análise contemporâneas, quase sempre com origem sociais numa sensibilidade de classe média.

Wupfetela: chama-se à jogada em que o jogador visa o guarda-redes com o fito de o cansar e desmoralizar pela contínua acção. O termo vem do temperar um cozinhado e significa temperar o guardião pelo cansaço. Há, como se pode ver, uma grande dose de psicologia nesta jogada.

Nestes casos nota-se a importância da acção virtuosa do jogador sobre o adversário. Parte das expressões designa a execução de gestos técnicos realizados perante os oponentes, nomeadamente o drible e a finta, gestos que noutros contextos geográficos são estreitamente relacionados com a dança (Archetti, 2001; Lopes, 1997). A superioridade do movimento que garante ao executante uma vantagem sobre o adversário, ou porque este foi finto, ou porque está no chão, transforma-se também numa superioridade moral, numa afirmação da ascendência individual, do mérito que tem de ser cobrado ao indivíduo da outra equipa. Os termos classificam, mais uma vez, acções em que dois jogadores estão envolvidos e em que um se superioriza ao outro; nestes casos não há uma utilização de artifícios violentos, mas apenas a aplicação da destreza técnica. Quando Craveirinha, referindo-se a uma jogada específica, fala do seu efeito psicológico, anuncia que esta espécie de exercício desmoralizante fazia parte do jogo, ganhando um sentido que convivia com os objectivos que mais proximamente estamos habituados a reconhecer no futebol profissional moderno: a procura do golo. A moralidade definida por estes termos era diferente também da ética de classe, reprodutora de um estatuto que convivia mal com a mistura social decorrente da popularização do jogo, evidenciada por um modelo de colonização britânico. Neste caso, a ânsia do resultado, característica da profissionalização, também não era o mais importante, estando a interacção em campo ao serviço da reprodução de um estatuto social

O jogo mental sobre o adversário, a capacidade do artifício, da artimanha, era, para Craveirinha, a prova de que o jogador africano não era um «ser físico e instintivo», como o capitão Ismael Mário Jorge o havia descrito, mas alguém que interpretava as acções do jogo, pensando formas de ganhar vantagem sobre o adversário, mesmo quando essas formas implicavam o recurso a estratégias onde a violência era um elemento activo. Craveirinha termina o seu artigo afirmando: «Como se vê pelo exposto, o indígena possui uma riqueza de fantasia por assim dizer extraordinária e inesgotável quando algo lhe chama a atenção extremamente sensível. Em relação com tudo isto está o alto sentido de malícia do africano, conjugando essa faceta especial do seu carácter e a actividade em que se emprega¹⁴.» Embora a palavra

¹⁴ Faltarão aqui aprofundar eventuais relações entre formas de relacionamento comunitárias e o modo como o jogo era interpretado. Esse exercício de contextualização, que deverá ser efectuado também em relação a outros grupos que praticavam o jogo, decorrerá da continuação do trabalho.

malícia possa querer dizer «tendência para fazer mal», Craveirinha usa-a como sinónimo de astúcia, sagacidade, manha, perspicácia e esperteza. Sendo possível considerar que o próprio Craveirinha embarca numa análise de tipo essencialista quando sugere que as características do jogador africano eram «qualidades de carácter», a ideia de que o jogo era um meio de afirmação de capacidades mentais/intelectuais, mesmo correndo o risco de elas serem naturalizadas, permite uma efectiva valorização do jogador africano como indivíduo, e não apenas como atleta. Nem todas as opiniões dentro de *O Brado Africano* iam neste sentido.

Em 1953, um articulista de nome José Manuel¹⁵ escreveu seis crónicas intituladas «A mocidade e o futebol». Nessas crónicas defende que a valorização do indivíduo africano está precisamente a ser travada pela «bola, esse esférico ôco, de cabedal, borracha e ar, que nada mais precisa que um possante pontapé o faça saltar do chão para enlouquecer, desvairar o mundo da mocidade». A bola ia «exercendo a sua acção vazando dos cérebros a mentalidade, instalava-se e estendia os seus tentáculos por todas as células cerebrais da mocidade» (*O Brado Africano*, 8-8-1953, p. 2). A crítica aos jovens da altura era contraposta ao elogio de gerações precedentes: «Plêiades de moços surgiram a elevar bem alto o valor intelectual do negro, a demonstrar, desmentindo velhos conceitos errados, da sua inferioridade cerebral, conceitos afirmados por intelectuais que do negro, de bom só lhe acham a força hercúlea dos braços para o trabalho e não curam em saber que além dos músculos fortes o seu corpo alberga, também, um predicado com que Deus, além da matéria, dotou todo o ser humano, sem distinção de cor da epiderme — o Espírito» (*O Brado Africano*, 15-8-1953, p. 2).

O futebol era músculo e a força do músculo não significava outra coisa senão a insistência da dimensão corporal do africano, por definição colonialista: o trabalhador braçal. Mas o futebol era ainda pior do que o trabalho, por não ser produtivo¹⁶. O jogo, sustentava José Manuel, não contribuía para qualquer elevação espiritual, ao contrário da leitura ou da música, actividades mais consentâneas com «o esforço civilizador de Portugal nestas paragens orientais de África» (*O Brado Africano*, 26-9-1953, p. 2). Esta visão não era estranha a uma concepção global de civilização aceite por parte das elites africanas, mesmo que num quadro de reivindicação face ao poder colonial.

¹⁵ Muito provavelmente, será um africano que pertenceu à Associação Africana da Colónia de Moçambique, tendo sido também presidente do Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique, nome pelo qual ficou denominada, depois de 1938, uma importante colectividade africana: o Instituto Negrófilo de Lourenço Marques.

¹⁶ O autor preocupava-se ainda com a «apreciável redução na produção, devido a constantes interrupções de trabalho para atender e replicar a segundos ou terceiros em assuntos da bola...» (*O Brado Africano*, 3-10-53, p. 2).

Admitida a divisão racionalista ocidental entre corpo e razão, retirava-se ao corpo qualquer faculdade inteligente. Ao futebol não eram reconhecidas qualidades civilizadoras.

O futebol era, porém, uma actividade mais democratizada, uma possível forma de expressão, num contexto em que os africanos estavam impedidos, com a excepção de uma pequena minoria, de acederem a um conjunto de direitos e actividades monopolizados pela sociedade colonialista. O texto de Craveirinha, valorizando uma actividade menor, no sentido da sua nobreza social, procura tornar o poder simbólico exercido pelo regime colonial. Não estando a salvo de algumas críticas pela forma como, porventura, romantiza excessivamente o «jogo africano», Craveirinha, no seu artigo, procura combater o poder colonialista através de uma «revolução do olhar» sobre a actividade humana, retirando do universo simbólico colonialista a hegemonia da construção de imagens sobre a inteligência ou a criatividade.

*

A investigação sobre o modo como o jogo de futebol foi «crioulizado» sugere a identificação de diferenças, a busca das características que identifiquem formas de apropriação comunitária, de elementos que distingam uma cultura de outras. No caso do desenvolvimento do futebol em África, a oposição comum realiza-se entre colonizado e colonialista, sendo este último normalmente designado pela sua origem nacional. Não querendo retirar a este exercício de oposição cultural a sua relevância efectiva, é essencial não absolutizar estas oposições. A adopção africana de formas desportivas modernas, como o jogo de futebol, revela-se um processo dinâmico com significados por vezes contraditórios que devem ser analisados no decurso das realidades locais. É, antes de mais, algo de novo, normalmente produzido no âmbito de uma nova «cultura popular» africana, de índole urbana, que floresceu num espaço colonial caracterizado por uma profunda alteração dos eixos fundamentais da vida quotidiana.

O jogo de futebol em Moçambique, tendo sido adaptado localmente, não se tornou de imediato um espécime cultural característico, como se de peça de museu etnográfico se tratasse. A procura das características que marcam uma qualquer idiosincrasia cultural particular não se deverá sobrepor à busca das apropriações comuns, modo de não negar a ninguém a capacidade de manipulação de formas modernas. É impossível pegar no glossário de Craveirinha e transformar estes significados numa espécie de evidência da existência de um futebol africano, situado num universo à parte. Enfatizadas as diferenças, nomeadas as singularidades, há que perceber as ligações deste futebol africano com o desenvolvimento do «pensamento sobre o jogo». Dos

gestos nomeados pelo glossário de Craveirinha nada é indicado em relação a movimentos colectivos, modelos de jogo, estratégias e táticas. No entanto, as crónicas jornalísticas do campeonato da Associação Africana de Futebol faziam transparecer a existência de uma progressiva organização do jogo, das táticas, da especialização dos jogadores em campo. O mesmo se passava, aliás, porventura a um nível mais elaborado, com o campeonato da Associação de Futebol de Lourenço Marques. Quando, a partir do final dos anos 1940, vários jogadores moçambicanos rumam à metrópole para jogar futebol, o seu domínio do jogo, consentâneo com o desenvolvimento da modalidade em Moçambique, incorporava elementos que permitiram, como a história provou, uma fácil adaptação. Ao contrário de concepções como as de Ismael Mário Jorge, que vão perdurando no tempo, o jogador africano não era apenas definido por características naturais, mas também pela absorção prática de um pensamento sobre a modalidade.

BIBLIOGRAFIA

- APPADURAI, A. (1996), *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- ARCHETTI, E., e DICK, N. (2003), *Sport, Dance and Embodied Identities*, Oxford, Berg.
- ARMSTRONG, G., e GIULIANOTTI, R. (2004), *Football in Africa, Conflict, Conciliation and Community*, Hampshire, Palgrave.
- BAKER, W. J., e MANGAN, J. A. (1987), *Sport in Africa, Essays in Social History*, Nova Iorque, Africana Publishing Company.
- BARBER, K. (ed.) (1997), *African Popular Culture*, Indiana, James Currey.
- BOURDIEU, P. (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- CANNADINE, D. (2001), *Ornamentalism, How the British Saw their Empire*, Oxford, Oxford University Press.
- COHN, B. S. (1996), *Colonialism and Its Forms of Knowledge: the British in India*, Princeton University Press.
- DOMINGOS, N. (2004), «O gesto no jogo», in J. Neves e N. Domingos, *A Época do Futebol: o Jogo Visto pelas Ciências Sociais*, Lisboa, Assírio e Alvim.
- DUNNING, E. (1992), «A dinâmica do desporto moderno: notas sobre a luta pelos resultados e o significado social do desporto», in Norbert Elias, *A Busca da Excitação*, Lisboa, Difel.
- FAIR, L. (2001), *Pastimes and Politics, Culture, Community, and Identity in Post-Abolition Urban Zanzibar, 1890-1945*, Oxford, James Currey.
- FAIR, L. (2004), «Ngoma reverberations: swahili music culture and the making of football aesthetics in early twentieth-century Zanzibar», in Gary Armstrong e Richard Giulianotti, *Football in Africa, Conflict, Conciliation and Community*, Hampshire, Palgrave, pp. 103-113.
- FIRMINO, G. (2004), «A nativização do português em Moçambique», in João de Pina Cabral e Clara Carvalho (eds.), *A Persistência da História, Passado e Contemporaneidade em África*, Lisboa, ICS, pp. 343-373.
- HANNERZ, ULF (1997), «The world of creolization», in Karin Barber (ed.), *African Popular Culture*, Indiana, James Currey.
- HARGREAVES, J. (1986), *Sport, Power and Culture*, Cambridge, Polity Press.
- HOLT, R. (1989), *Sport and the British*, Oxford, Oxford University Press.

- HUTCHINSON, R. (1996), *Empire Games: The British Invention of Twentieth-Century Sport*, Edimburgo, Mainstream Publishing Company.
- HEDGES, D. (ed.) (1999), *História de Moçambique*, vol. II (coord. David Hedges), Maputo, Livraria Universitária de Maputo.
- JORGE, I. M. (1931), *L'Education physique et le sport*, Paris, Congresso Colonial de Paris.
- LOPES, S. L. (1997), «Successes and contradictions in 'multiracial' Brazilian football», in Richard Giulianotti e Gary Armstrong, *Entering the Field, New Perspectives on World Football*, Oxford, Berg.
- MANGAN, J. A. (1992), *The Cultural Bond: Sport, Empire, Society*, Londres, Frank Cass.
- KEWITT, M. (1997), *História de Moçambique*, Lisboa, Europa-América.
- PAULO, J. C. (1999) «Da educação colonial portuguesa ao ensino no ultramar», in *A História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, vol. 5, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 304-333.
- PERKIN, H. (1992), «Teaching the nations how to play: sport and society in the British empire and Commonwealth», in J. A. Mangan, *The Cultural Bond: Sport, Empire, Society*, Londres, Frank Cass.
- ROCHA, A. (1991), *Associativismo e Nativismo em Moçambique, O Grémio Africano de Lourenço Marques (1908-1938)*, Lisboa, dissertação de mestrado em Economia e Sociologia Histórica no Departamento de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa (tese policopiada).
- ROCHA, I. (2000), *A Imprensa de Moçambique*, Lisboa, Livros do Brasil
- STODDART, B. (1988), «Sport, cultural imperialism, and colonial response in the British empire», in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 30, pp. 649-673.